

Aumenta crença de que eleições municipais serão mesmo adiadas

Marcondes Sampaio

Apesar das manifestações do presidente Sarney, assegurando a realização das eleições municipais este ano, e da enérgica condenação do presidente do PMDB e da Constituinte, Ulysses Guimarães, à prorrogação dos mandatos dos prefeitos e vereadores, muitos constituintes mostram-se, nos últimos dias, convencidos de que o pleito, marcado para o dia 15 de novembro, será mesmo adiado.

O líder do PMDB na Constituinte, Mário Covas, afirmou, ontem, acreditar que, com a aprovação do mandato de cinco anos para presidente Sarney, deve crescer a tendência pelo adiamento das eleições municipais, mas, em contrapartida, considera difícil a Constituinte reunir, a curto prazo, um quorum para a decisão.

Na realidade, o cancelamento do pleito deste ano somente seria possível através de uma decisão da Constituinte, e para tanto não faltam emendas, entre as quais uma de autoria do deputado pernambucano Gilson Machado (PFL), que permite a prorrogação, por um ano, dos mandatos dos prefeitos e vereadores.

Sem Quorum

Se os trabalhos da Constituinte prosseguissem normalmente, a questão poderia ser definida já na próxima semana, mas há dúvidas quanto à possibilidade de a Assembleia reunir quorum de deliberação até sexta-feira, que vem.

Essas dúvidas decorrem não só da desmobilização resultante da definição do mandato presidencial, mas também do fato de o presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães, estar afastado desse cargo até a próxima quinta-feira, ocupando interinamente a Presidência da República.

O problema é que não basta reunir o quorum mínimo de 280 Constituintes. Pelo significado político de uma decisão dessas, a questão, segundo algumas lideranças, somente deveria ser deliberada por um número maciço de Constituintes.

Essas limitações, contudo, não abalam a crença, ou temor, dos que

Josemar Gonçalves



Cardoso vê pressão do Governo

acreditam no adiamento das eleições municipais, entre os quais figura o líder do PMDB no Senado, Fernando Henrique Cardoso.

Outro que não tem dúvidas do adiamento das eleições municipais é o deputado Hélio Duque (PMDB-PR). As manifestações em contrário do presidente Sarney não minimizadas por esse parlamentar peemedebista: "O que o presidente Sarney fala às 18h00 nem sempre vale às 18h05. O adiamento virá porque o Planalto e o PFL querem".

Duque também não dá importância aos que estão seguros da rejeição de qualquer proposta prorrogacionista, considerando que não há condições políticas nem morais para os constituintes votarem o adiamento. A propósito, ele lembra que, em 1980, uma emenda do então deputado arenista Anísio de Sousa transferindo a eleição de prefeitos e vereadores para 1982, também "foi ironizada e objeto de deboche da imprensa e de muitos parlamentares, mas a proposta acabou sendo aprovada. O deputado paulista Del Bosco do Amaral, candidato a prefeito de Santos, pelo PMDB, afirmou ter ter ouvido de um influente parlamentar governista a interpretação de que o pleito será adiado por que os parlamentares do PMDB e do PFL que votaram a favor dos cinco anos para Sarney estão conscientes de que o desgaste eleitoral, dos dois Partidos é muito grande em consequência dessa posição e que por isso é preferível, para eles, que não haja eleição este ano.

Nem candidatos têm convicção

Os parlamentares que acreditam na manutenção da eleição municipal citam como dados fundamentais dessa tendência o alegado interesse do Governo na realização do pleito, bem como o fato de cerca de 120 constituintes pretenderem se candidatar às prefeituras das suas cidades e por isso votariam contra o adiamento.

Para alguns, contudo, esses indícios não seriam suficientemente fortes para excluir a hipótese do adiamento. Os deputados peemedebistas Hélio Duque e Vilson de Sousa, por exemplo, acreditam na possibilidade de o Governo estar blefando quando demonstra interesse na manutenção do pleito, até como forma de reduzir a repercussão negativa do mandato de cinco anos. As manifestações nesse sentido poderiam ser cortina de fumaça para favorecer a ação dos que lutam pelo adiamento.

O interesse ficaria apenas nas palavras e não em ações concretas de cooptação dos constituintes através do uso da máquina oficial, como ocorreu em relação ao mandato presidencial, segundo as denúncias da oposição.

O deputado alagoano José Costa (sem partido) entende que, mesmo que não seja blefe, o Governo não terá, necessariamente,

a mesma eficácia numa posição favorável à eleição municipal, se comparada à vitória obtida na última quinta-feira (quando 328 deputados votaram pelo mandato de cinco anos e 222 pelo de quatro)

Pressão menor

A força de pressão do Governo seria menor precisamente pelo fato dele já haver arrancado o apoio de muitos parlamentares para um voto considerado desgastante, sendo-lhe no mínimo embaraçoso cobrar, na mesma conta, fidelidade a outra posição capaz de contrariar conveniências e interesses da parcela de constituintes interessadas no adiamento.

Além dessa circunstância, deve-se levar em conta o fato de que a eleição municipal é dessas capazes de deixar os parlamentares numa encruzilhada — a de ficar entre a alternativa de acatar uma eventual orientação do Governo Federal ou ceder as pressões de prefeitos e vereadores, estes sim, responsáveis diretos pelos votos que recebem nos seus redutos.

Acontece que pelos sabidos encantos do poder, a maioria dos prefeitos dos mais de 4 mil municípios brasileiros é favorável ao adiamento e muitos deles já instalaram seu lobby na Constituinte. Semana passada, cerca de 40

prefeitos de diferentes estados estiveram em Brasília, dentro de uma combinação de rodízio, até a votação das emendas que tratam das eleições municipais.

Oposição

Como regra, eles não admitem ostensivamente que lutam pelo adiamento, mas as declarações feitas, sexta-feira, pelo presidente da Confederação Brasileira dos Municípios, Jorge Koury, são reveladoras. Koury disse ao JBr que os prefeitos que vêm a Brasília estão lutando apenas pela aprovação de uma emenda que permita a reeleição deles, mas também observou que eles não deixam de levar em consideração que, "em qualquer eleição que venha a ser realizada este ano, em qualquer âmbito, a tendência é da vitória da oposição, e por isso muitos realmente não gostariam que o pleito fosse mantido para este ano".

Quanto à existência de 120 "prefeituráveis" na Constituinte, isso não significa que todos eles são contra o adiamento. Uma parcela sequer tem entusiasmo pela candidatura a prefeitura, mas é levada a aceitá-la por pressão das bases. Muitos pretendem ser candidatos para promover uma reciclagem eleitoral, já pensando na recondução ao Congresso, em eleições futuras, mas não têm pressa em realizar esse teste de prestígio.